

Notificação de Cumprimento da Sentença

Processo n.º 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Autor / Requerente: Maria da Conceição Silva, NIF 219 876 543, residente em Rua da Palma, 45, 1150-231 Lisboa

Réu / Requerido: José António Pereira, NIF 123 456 789, residente em Avenida da República, 12-2.º Dto, 4200-124 Porto

Juiz: Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

I. Fundamentação

Nos termos da sentença proferida pelo Juízo da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa, em 10 de janeiro de 2026, foi modificada a regulação das responsabilidades parentais da menor Ana Sofia Pereira, de 8 (oito) anos, determinando novo **regime de visitas** a favor do pai, **sob supervisão**, e fixando as **sanções** aplicáveis em caso de incumprimento.

A presente notificação tem por objetivo **informar o réu, José António Pereira**, da obrigação legal de observar rigorosamente o regime de visitas estabelecido, bem como das consequências previstas para o eventual não cumprimento.

II. Regime de Visitas

Dia da Semana	Hora de Início	Hora de Fim	Local	Tipo de Visita
Segunda-feira	15:00	18:00	Casa da mãe – Rua da Palma, 45, Lisboa	Visita supervisionada (supervisionada por assistente social designado)
Quarta-feira	15:00	18:00	Casa da mãe – Rua da Palma, 45, Lisboa	Visita supervisionada
Sábado	10:00	14:00	Parque da Cidade, Lisboa (ponto de encontro: Portão 3)	Visita não supervisionada (apenas se não houver registo de incumprimento nas visitas anteriores)

Nota: O pai deverá apresentar, até ao dia 28 de fevereiro de 2026, a sua disponibilidade para a designação do assistente social que realizará a supervisão, bem como a respetiva identificação documental.

III. Obrigações do Réu

1. **Cumprir pontualmente** o horário e o local estabelecidos para cada visita.

2. **Não retirar** a menor do local de visita sem prévia autorização escrita do Ministério Público ou da assistente social responsável.
3. **Manter conduta adequada**, abstendo-se de qualquer forma de violência verbal ou física, bem como de atos que possam comprometer o bem-estar psicológico da menor.
4. **Comunicar, por escrito**, ao Ministério Público, qualquer impossibilidade de comparecimento com antecedência mínima de 24 (vinte-e-quatro) horas, apresentando justificativa plausível.

IV. Sanções por Incumprimento

Consoante o disposto no artigo 1 747.º do Código Civil, bem como no artigo 20.º do Código de Processo Civil, ficam estabelecidas as seguintes sanções:

Tipo de Incumprimento	Sanção Aplicável
Falta de comparecimento injustificada a uma visita	Multa diária de € 100,00 (cem euros) por dia de atraso, a ser paga ao Fundo de Apoio à Família, até ao cumprimento da visita.
Retirada da menor do local de visita sem autorização	Multa de € 500,00 (quinhentos euros) + possibilidade de revisão da guarda a cargo do Juízo.
Violência ou comportamento agressivo	Multa de € 1 000,00 (mil euros) + suspensão do direito de visita por período a ser determinado pelo Juízo, podendo culminar na perda definitiva da guarda .
Reincidência de incumprimento (três ou mais faltas no período de 6 meses)	Alteração da guarda em favor da mãe, mediante decisão judicial.

Advertência: O não pagamento das multas dentro do prazo legal implicará a inscrição do débito em dívida ativa, com as consequências fiscais e de execução forçada previstas na lei.

V. Procedimento de Cumprimento

1. **Entrega da Notificação:** A presente notificação será entregue pessoalmente ao réu, mediante assinatura de receção no livro de protocolo da Vara da Família e dos Menores.
2. **Prazo para Cumprimento:** O réu tem o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de receção, para apresentar a documentação solicitada (designação do assistente social, comprovativo de residência, etc.).
3. **Comunicação de Incumprimento:** Caso haja qualquer incumprimento, o Ministério Público será notificado imediatamente, procedendo à aplicação das sanções acima descritas.

VI. Conclusão

Em face do exposto, **notifica-se o réu José António Pereira** para que cumpra integralmente o regime de visitas estabelecido, sob pena das sanções previstas. O não cumprimento deliberado constituirá violação da sentença judicial, sujeitando o réu às medidas coercitivas legais.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, o réu poderá dirigir-se ao Ministério Público da Comarca de Lisboa ou ao Cartório da Vara da Família e dos Menores, nas dependências do Palácio da Justiça, Rua da Prata, 22, 1150-218 Lisboa.

Assinatura:

Escrivão(a) Judicial – Cartório da Vara da Família e dos Menores
Comarca de Lisboa

Esta notificação tem carácter oficial e deve ser considerada como ato de comunicação judicial, nos termos do artigo 218.º do Código de Processo Civil.